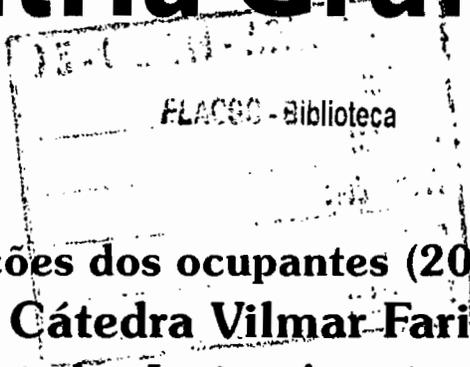


Ayrton Fausto
José Flávio Sombra Saraiva
Organizadores

Diálogos sobre a Pátria Grande



Contribuições dos ocupantes (2003/2004)
da Cátedra Vilmar Faria
de Estudos Latino-Americanos.

Débora Messenberg Guimarães
Eugenio Espinosa
Héctor Alimonda
José Flávio Sombra Saraiva
Mauro Pereira Porto



**Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
Sede Acadêmica Brasil**

SCN · Quadra 06 · Bloco A · Sala 602 · Edifício Venâncio 3000

CEP: 70716-900 · Brasília-DF

Telefax: (5561) 328-1369 · 328-6341

E-mail: flacsobr@flacso.org.br

www.flacso.org.br

Convênio:

CNPq/CAPES/FLACSO-Brasil (2002)

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro, voltada para a formação de recursos humanos e do CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro, voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico”.

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)

Caixa Postal 4.400

CEP: 70919-970 · Brasília-DF

www.ibri-rpbi.org.br

Copyright © FLACSO / IBRI / ABARÉ, 2004

ISBN 858990604-3

Ficha Catalográfica

Diálogos sobre a Pátria Grande / Ayrton Fausto, José Flávio Sombra Saraiva, organizadores. – Brasília : Flacso-Brasil, IBRI, Abaré, 2004.

180 p.; 23 cm.

1. Relações internacionais. 2. Competência internacional. Cooperação internacional. I. Fausto, Ayrton. II. Saraiva, José Flávio Sombra. III. Título

CDU 327
327-1

Sumário

Apresentação	7
<i>Ayrton Fausto</i>	
Prefácio	
À guisa de prefácio: pela integração latino-americana da educação e da pesquisa	11
<i>José Flávio Sombra Saraiva</i>	
Parte I – Textos	
Continuidades patrimonialistas no modelo sociopolítico brasileiro	16
<i>Débora Messenberg Guimarães</i>	
Cultura política e democracia na América Latina	39
<i>Mauro Pereira Porto</i>	
La cooperación internacional en las relaciones internacionales de Cuba	59
<i>Eugenio Espinosa</i>	
Um novo ensaio estratégico argentino-brasileiro: possibilidades e limites	83
<i>José Flávio Sombra Saraiva</i>	
Una herencia en Manaos (anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología en una perspectiva latinoamericana)	99
<i>Héctor Alimonda</i>	

Parte II – Construção do SIEL e da Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos

A Proposta

Sistema de Intercâmbio de Especialistas Latino-Americanos (SIEL) FLACSO/Sede Acadêmica Brasil	120
---	-----

O Convênio

Convênio de Cooperação Celebrado entre CNPq/CAPES/FLACSO-Brasil	129
---	-----

Instalação do Comitê Científico

Ata da Instalação do Comitê Científico da Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos	134
Plano de Trabalho e Orçamento – 2003 – Convênio CNPq/CAPES/FLACSO-Brasil	135

A Chamada

Chamada SIEL 001/2003	136
---------------------------------	-----

Propostas Aprovadas em 2003

Ata da 2ª Reunião do Comitê Científico da Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos	146
---	-----

A Operacionalização

Termo de compromisso entre os ocupantes da Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos selecionados na chamada SIEL 001/2003 e a FLACSO-Brasil (gestora) e demais instituições envolvidas (do ocupante e beneficiária)	165
--	-----

Avaliações e Comentários Preliminares	171
--	------------

Anexo

Declaración del Cusco sobre la Comunidad Sudamericana de Naciones III Cumbre Presidencial Sudamericana	177
--	-----

Parte I
TEXTOS

Continuidades patrimonialistas no modelo sociopolítico brasileiro

Débora Messenberg Guimarães¹

“(...) marcada, no alto, pela prepotência e, embaixo, pelo servilismo, pela arrogância e pela má vontade, pela astúcia como arte de sobreviver, pela grande intriga e pelo pequeno subterfúgio”.²

Omitindo-se acima o nome da sociedade em questão, no caso a italiana, pode-se atribuir esta citação a inúmeros autores do pensamento social brasileiro. Prepotência, servilismo, arrogância, atraso, astúcia, autoritarismo, amorfia, personalismo e inúmeras outras características similares estão reluzentes na bibliografia acerca de nossa sociedade. Seriam essas as peculiaridades de povos marcados por um certo desconcerto na sua história? Estariam mais vívidas em regiões concentradas ao sul do Equador, mais precisamente naquelas formadas pela cultura de origem latina? Ou seriam distintivos presentes em algum momento em todas as sociedades, principalmente, quando relacionadas às relações de poder e suas estruturas políticas correspondentes?

Essas são questões que, efetivamente, sempre perpassam de alguma forma os estudos sobre a história social e política brasileira e se colocam como pano de fundo de pesquisas que procuram entender as múltiplas manifestações desse processo. Há entre esses estudos, interpretações clássicas e outras mais recentes,³ cuja matriz teórico-metodológica

1 Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Ocupante da Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos em 2003.

2 Bobbio, Norberto. *Diário de um Século: Autobiografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.2.

3 A título de ilustração pode-se citar obras clássicas como: Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998; Holanda, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; Faoro, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976, vol. 1 e 2, como mais recentes: Simon,

encontra-se em Weber, as quais discutem a formação e o desenvolvimento do sistema político brasileiro como que reflexo e alimento de uma cultura política marcada por uma “ordem patrimonial”.

Com objetivo de inserir-se neste longo e complexo debate, o presente artigo propõe-se a debater algumas das mais importantes interpretações acerca da continuidade de traços patrimonialistas em nosso modelo político e de sociabilidade.

O patrimonialismo em Weber e sua repercussão no Brasil

O sistema político brasileiro vem sendo discutido desde dos clássicos do pensamento social brasileiro, como Oliveira Viana (1978), Gilberto Freyre (1978), Sérgio Buarque de Holanda (1995), Raymundo Faoro (1976) passando por obras mais recentes, (Schwartzman-1988; O'Donnell-1988, Lamounier-1990, Schwarz-1992) como que reflexo e alimento de uma cultura política marcada por uma “ordem patrimonial”, que a molda enquanto “*um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, combinando traços herdados das raízes “ibéricas” do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes “estatistas” e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado. Enquanto por um lado, a sociedade é vista essencialmente como um ente amorfo e estático dotado de uma espécie de incapacidade intrínseca para organizar-se e, portanto, para definir (a não ser de modo hierárquico) o sentido da sua interação com a sociedade política, o Estado, por sua parte, como organização política, administrativa e burocrática desfrutaria de um alto grau de autonomia.*”⁴

A matriz teórico-metodológica que funda este pensamento acerca da história política brasileira encontra-se em Weber; ainda que sejam observadas entre os autores que a utilizam, interpretações distintas em termos da adoção desses princípios.

O patrimonialismo, subtipo weberiano da dominação tradicional, e a partir do qual vem se travando, há décadas, polêmicos debates a respeito de sua influência sobre a construção do sistema

Schwartzman, *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988; Lamounier, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990; O'Donnell, Guillermo. *Democracia Delegativa? Novos Estudos Cebrap*, n. 31, 1991. p. 25-40; Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

4 Moisés, José A. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Ática, 1995, p. 105.

sociopolítico brasileiro; apresenta-se sob duas formas: o tipo puro, onde se evidencia a presença de quadro administrativo totalmente dependente do senhor e o estamental, tomado o feudalismo como referência, cujo quadro administrativo está de posse de parte essencial, senão totalmente, dos meios de administração, conservando, portanto, certa autonomia em relação ao senhor.

Nas palavras de Weber: *“el cargo patrimonial carece ante todo de la distinción burocrática entre la esfera “privada” y la “oficial”. Pues la misma administración política es considerada como una cuestión puramente personal del soberano, y la posesión y ejercicio de su poder político son estimados como una parte integrante de su fortuna personal, que resulta beneficiosa en virtud de los emolumentos y las contribuciones. (...) Pero en los funcionarios patrimoniales (...) el cargo como un derecho personal del funcionario y no, según ocurre en el Estado burocrático, una consecuencia de intereses objetivos.*⁵ Nesta direção, continua Weber: *“el Estado patrimonial es, por una parte, en la esfera de la jurisprudencia, el representante típico de un conjunto de tradiciones inquebrantables y, por otra, un sustituto del dominio ejercido por las normas racionales a través de la “justicia de gabinete” del príncipe y de sus funcionarios. En vez de la “objetividad” burocrática y del ideal basado en la validez abstracta del mismo derecho objetivo que tiende a gobernar “sin acepción de personas” se impone el principio justamente opuesto. Todo se basa entonces completamente en “consideraciones personales”, es decir, en la actitud asumida frente a los solicitantes concretos y frente a las circunstancias, censuras, promesas y privilegios puramente personales. Los mismos privilegios y apropiaciones que otorga el soberano (...) son estimadas como provisionales y revocables en el caso de una “ingratitude” tan inciertamente determinable y, a consecuencia de la interpretación personal de todas las formas de dependencia, son inseguras más allá de su muerte.*⁶

Cabe destacar ainda que a organização estatal-patrimonial é, para Weber, característica peculiar da maior parte dos impérios continentais até o início da era moderna, embora ressalte que há uma clara manutenção de traços tipicamente patrimoniais no seio das sociedades dessa época.

5 Weber, Max. *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, Tomo II, 1974, p. 774.

6 Id., *ibid.*, p. 785.

A introdução deste aparato conceitual weberiano na interpretação sociopolítica do Brasil é atribuída a Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*,⁷ de 1936. Este clássico, inscrito como uma das obras fundadoras da moderna historiografia social brasileira, insere-se entre os estudos que, a partir da década de 30, construíram grandes linhas interpretativas do país. Compartilhavam entre si o retorno ao passado colonial, em busca das raízes de nossa sociabilidade, visando a compreensão do nosso presente. Demarcaram, efetivamente, o rompimento de uma voga interpretativa – como ressalta Antônio Cândido em seu também clássico prefácio a *Raízes do Brasil* – fundada numa “orientação metodológica de tipo naturalista ou (no sentido amplo) positivista, como Oliveira Viana e Alberto Torres, dos quais tiravam-se argumentos para uma visão hierárquica e autoritária da sociedade”.⁸

A interpretação que Sérgio Buarque faz da sociedade brasileira em *Raízes do Brasil* inicia-se com a preocupação em explicitar os traços mais marcantes legados por nossa herança ibérica e suas implicações na definição de nossas instituições, formas de convívio e idéias.

De nossos ancestrais ibéricos ter-se-ia, pois, herdado, o culto a personalidade ou personalismo, traduzido por uma valorização extrema da autonomia individual e uma aversão a qualquer forma de dependência. O princípio da hierarquia, tal como entre os ibéricos, teria aqui também sido sobrepujado pela competição individual. Daí resulta, de forma mais ampla, “a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.”⁹

Da península herdou-se, ainda, a não propensão ao raciocínio abstrato nem o gosto pela disciplina, o que nos leva a exacerbar as virtudes pessoais e arbitrárias, encarando o êxito como proeza pessoal, a despeito das normas e regras que possam existir. Tal interpretação fundamenta-se na assertiva do autor acerca da inexistência do feudalismo em Portugal e Espanha. Por não ter, o feudalismo, vigorado

7 Há que se destacar que, esta não é a primeira vez que conceitos weberianos são adotados por autores nacionais. Três anos antes de *Raízes do Brasil*, Gilberto Freyre já tinha feito menção a obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, no clássico *Casa Grande & Senzala* (1978). Entretanto, a utilização dos princípios de *Economia e Sociedade* são reconhecidos como iniciativa primeira de Sérgio Buarque de Holanda.

8 Cândido, Antônio. “O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.11.

9 Holanda, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.32.

em sua plenitude na Ibéria, a burguesia portuguesa, em particular, não encontrou grandes dificuldades para assentar unidades econômicas de caráter mercantil. Entretanto, justamente por não ter grandes barreiras a superar – como as que enfrentou nos países onde o feudalismo imperava – não adotou novas idéias e valores tradicionalmente vinculadas a esta classe em sua ascensão. Ao contrário, a burguesia portuguesa “*procurou, antes, associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos de seus princípios, guiar-se, pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade Média conservaram, em parte, seu prestígio antigo.*”¹⁰

A esta falta de racionalização da vida e a reduzida capacidade de organização social está associada a repulsa a toda moral fundada no culto ao trabalho, tão admiradas em algumas terras protestantes. O trabalho manual e mecânico em nada acrescenta a glória divina, e a ociosidade, na perspectiva da Antigüidade Clássica, sempre foi mais valorizada entre os povos ibéricos como atitude nobilitante, do que a exaltação do trabalho e da atividade utilitária. Segundo o autor, nessas circunstâncias, não é de se admirar a precariedade das idéias de solidariedade entre nós, e a conseqüente frouxidão da estrutura social. À exaltação da extrema personalidade e da autonomia individual, que fundamentam nossa inclinação à anarquia e à desordem, impõe-se a “obediência” como a alternativa mais viável de disciplina e ordenação social. A organização política e social ibérica configura-se, assim, como que marcada por dois extremos complementares, qual sejam, “vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens”. Centralização do poder e obediência: eis os princípios norteadores de nossa sociabilidade.

Procurando exaltar, ainda, o impacto da colonização portuguesa em nossa formação nacional, Sérgio Buarque estabelece, mais uma vez, tipos dicotômicos para frisar as diferenças entre as conquistas e colonizações empreendidas no novo mundo, e particularmente, entre as consolidadas por portugueses e espanhóis. São éticas opostas, ressalta o autor e se distinguem, primeiramente, nos binômios: “Trabalho e Aventura”. A colonização levada a cabo pelo “*tipo aventureiro*” não reconhece fronteiras, caracteriza-se pela audácia e instabilidade, assim como pela procura ávida do lucro

¹⁰Ibid., p.36.

imediatos; ao passo que o “tipo trabalhador” valoriza o trabalho sistemático e persistente, o qual garante uma compensação final segura e estável. Condizente com a perspectiva teórica weberiana, Sérgio Buarque reafirma que esses tipos ideais não existem em seu estado puro, mas apresentam-se em múltiplas combinações que interagem constantemente. Entretanto, segundo ele, não há como negar a preponderância da ética da aventura na colonização empreendida pelos ibéricos.

A procura pelo lucro fácil e a disposição em lançar projetos vastos em espaços ilimitados, tão ao gosto do “tipo aventureiro”, orientou decisivamente a definição do modelo de produção implantado no Brasil colônia. Latifúndios monocultores, mão-de-obra escrava farta e terra em abundância, “para gastar e arruinar”, são precisamente resultados deste tipo de colonização.

“Ladrilhador” e o “Semeador” são o segundo binômio utilizado pelo autor para caracterizar e distinguir os tipos de colonização realizados por espanhóis e portugueses na América. A presença espanhola (o “Ladrilhador”) nas colônias, definida por um planejamento anterior elaborado na própria metrópole, corresponde a uma vontade férrea e abstrata em garantir previamente o domínio sobre as terras conquistadas, a partir da criação de cidades ordenadas e populações estáveis. O próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola, cidade geométrica, cujo centro é sempre uma praça maior donde saem ruas paralelas, revela a aspiração em ordenar o mundo conquistado, enquanto “um ato definido da vontade humana”. Em oposição a esse espírito, os portugueses (os “Semeadores”) guiados por uma “política de feitoria”, mantiveram-se fincados até o séc. XVIII ao litoral, construindo cidades de forma desordenada, adaptando-se às condições topográficas, sem preocupações geométricas, sem disciplina, “rebeldes as normas abstratas”. Neste sentido, os centros urbanos portugueses exprimem, antes, “*um realismo fundamental, que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais*”.¹¹

A discussão acerca das marcas deixadas pela cultura ibérica entre nós, assim como a definição do tipo de colonização ao qual fomos submetidos, ganha novos contornos à medida em que o autor passa a tratar da estrutura social resultante desse processo. Ou seja, a

11 *Ibid.*, p.110.

colonização marcou profundamente a formação de nossa sociedade com traços nitidamente rural e patriarcal. A presença dos latifúndios fechados e auto-suficientes, cuja fonte de riqueza estava fundada no braço escravo e na exploração extensiva das terras, produziram as grandes famílias patriarcais, forjadas à imagem daquelas da antiguidade clássica, constituindo a base de toda organização social. As relações entre pessoas extravasam o círculo familiar, invadindo as esferas onde deveriam prevalecer os interesses coletivos e impessoais tão decisivos para a organização do espaço público. *“O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.”*¹² A família patriarcal fornece o modelo pelo qual irá se constituir a vida política, cujas relações entre governantes e governados não se pautam por interesses e idéias, mas por sentimentos e deveres pessoais.

A síntese de todo esse processo, segundo Sérgio Buarque, seria a figura do “Homem Cordial”, contribuição genuinamente brasileira à civilização. Em seu mais famoso capítulo, o autor inicia e, não por acaso, a discussão acerca desse tipo ideal, introduzindo a idéia de Estado, enquanto espaço de natureza oposta ao círculo familiar.

“O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.(...) A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares.”¹³

A não demarcação clara entre as esferas do Estado e da Família, entre o Público e o Privado, encontra-se personificada na figura do “Homem Cordial”. Produto deste ambiente, cujos traços vieram sendo

12 Id. *Ibid.*, p.82.

13 Id. *Ibid.*, p.141.

apontando, o “Homem Cordial” sintetiza o espírito brasileiro; pelo menos enquanto prevalecerem, como ressalta Sérgio Buarque, os padrões de convívio forjados no meio rural e patriarcal. Cordial refere-se às coisas do coração, isto é, ao predomínio dos comportamentos orientados pelo emocional em oposição ao racional, do íntimo sobre o impessoal, do concreto sobre o abstrato. Esta cordialidade é, antes de tudo, claro antagonismo às regras pautadas no que se convencionou chamar de “civilidade e urbanidade”. Nada tem a ver com bondade e nem, necessariamente, relaciona-se a sentimentos positivos. Ao contrário, além de poder estar também vinculada a emoções negativas, é uma forma de retenção de vantagens individuais. Isto porque, ao transbordarem para o público formas de comportamento típicas do domínio privado, inviabiliza-se o estabelecimento de regras formais e válidas para todos e, na ausência destas, não há a generalização de situações de igualdade, não havendo, portanto, condições de efetivação da ordem democrática. As dificuldades no estabelecimento de relações interpessoais de caráter mais formal e regulamentado, invade os mais diferentes espaços, da política à religião e até os negócios, donde para se conquistar um cliente deve-se tornar primeiro seu amigo.

Nossa “mentalidade cordial” não tem, segundo Sérgio Buarque, auxiliado muito a consolidação da ordem pública. Tal situação decorre do excessivo personalismo existente em nossa sociabilidade, o qual se manifesta na incapacidade de nos aplicarmos em objetivos exteriores à nós mesmos e no apego a tudo aquilo que possa adornar e enaltecê-la a personalidade individual, aí se inserindo nossa sedução pelas carreiras liberais, particularmente, nosso “vício do bacharelismo”.

É ainda frisando a tendência em exaltar os valores da personalidade, que o autor interpreta o sucesso das idéias positivistas entre nós, como reflexo de nossa forte inclinação em adorar “formas fixas e leis genéricas” como elementos explicativos suficientes para o desvendamento do real. Nas palavras do autor, “*o prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade, têm determinado assiduamente nossa formação espiritual. Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental saturado e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria.*”¹⁴

14 Id. *Ibid.*, p.158.

Nesta perspectiva inclui-se, no plano político, o liberalismo, como sistema complexo de conceitos, cuja ideologia impessoal jamais se adequou ao nosso espírito. Entretanto, houve a acolhida de alguns de seus princípios, quando estes se apresentavam convenientes a negação de autoridades incômodas, revelando, mais uma vez, nossa repulsa a toda hierarquia racional. É nesta parte da obra – na qual Sérgio Buarque reafirma sua interpretação do liberalismo “autêntico” como sinônimo de democracia – que se situa a célebre frase na qual o autor expressa que, no Brasil, a democracia sempre foi um *“lamentável mal entendido”*. E mais, *“uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.”*¹⁵

Não é de se admirar que os movimentos reformadores no Brasil tenham partido majoritariamente de cima para baixo e sob a batuta dos dominantes, em contraposição a uma certa “displicência ou hostilidade” do povo frente a tais acontecimentos. Há, porém, segundo o autor, claros indicativos de que esta situação vem se transformando. Com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, marcos decisivos da decadência do mundo rural e com ela da diminuição crescente do “peso” de nossa herança ibérica, inicia-se “uma revolução lenta, mas segura e concertada”. A crescente urbanização vem restringindo a influência dos centros rurais tradicionais, permitindo o gradual rompimento com o iberismo e agrarismo e o surgimento de um “estilo novo”, o americano. Tal processo não se dá de forma harmônica, mas gera desequilíbrios expressos nas instituições e no ideário político. Abre-se, efetivamente, possibilidades de consolidação de formas mais modernas de organização social e de convívio; que podem diminuir a distância entre o “Brasil real” e “Brasil legal”, promover a expansão da órbita do público, aprisionado até então sob a lógica do privado, e possibilitar a emergência de um movimento de baixo para cima com substratos verdadeiramente democráticos. Apesar de acreditar na superação de nosso modelo tradicional de dominação, Sérgio Buarque não termina o livro propondo qualquer modelo fechado orientador do rumo de tais transformações. Ao contrário, há uma crítica explícita a qualquer tentativa de importação de sistemas de

¹⁵ Id. *Ibid.*, p.160.

pensamento que procuram enquadrar e/ou reduzir o real. Em verdade, para o autor, é somente com o reconhecimento de nossa “espontaneidade nacional”, enquanto uma realidade desarmônica, plural e contraditória, é que se pode caminhar para consolidação de práticas democráticas entre nós.

Com o mesmo intuito em desvendar as raízes e a configuração de nossa organização sociopolítica – apresentando, porém, rasgos bem menos otimistas do que aqueles apontados por Sérgio Buarque – distingue-se Raymundo Faoro, em sua obra-prima e, também clássico, de 1958, *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*.

Partindo, como Sérgio Buarque, da mesma fonte teórica, a sociologia weberiana, e buscando, também, no sistema político português e na colonização as origens de nossa estrutura política, Faoro funda sua análise em dois conceitos chaves e interdependentes, são eles: o patrimonialismo e o estamento. Para Faoro, o tipo puro de dominação predominante no Brasil, desde os primórdios da colonização até os nossos dias, é o tradicional, cujo subtipo patrimonialismo em sua forma estamental define a estrutura político-econômica brasileira.

O patrimonialismo, analisado por Faoro, enquanto uma particularidade ibérica, talvez, ibero-americana, distancia-se relativamente do modelo weberiano, na medida em que não se configurou historicamente em Portugal, nem muito menos no Brasil, o feudalismo. Tal como Sérgio Buarque, Faoro discute a problemática da existência ou não do feudalismo, enquanto bloqueio ao desenvolvimento de uma Revolução tipicamente burguesa na Metrópole e, por extensão, na Colônia.

Em outros termos, a ascensão do capitalismo a partir da crescente racionalização da economia, da possibilidade de cálculo e expansão do grau de liberdade das atividades aquisitivas privadas, tenderia a desestruturar as bases de sustentação da organização patrimonial e ao rompimento do sistema feudal. Portugal, por não ter conhecido o feudalismo, não consolidou uma “camada” de senhores dotados de autonomia política que possibilitasse a quebra da ordem patrimonial. O que de fato se consolidou e transmigrou-se para a sua principal colônia, foi uma estrutura patrimonial de duração secular, que resistiu à experiência capitalista, sem contudo, deixar de lhe absorver a

técnica, as máquinas e as empresas, não aceitando-lhe, porém, a alma. O patrimonialismo que se instala e permanece, segundo o autor, até os nossos dias no Brasil, *“amolda-se às transições, às mudanças, em caráter flexivelmente estabilizador do modelo externo, concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas, de concessão pública de atividade, de controle do crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia.”*¹⁶ Dá-se neste contexto a fusão do elemento público e privado na órbita da administração estatal. O “público” transmuta-se na figura do soberano ou do Estado, não representa a sociedade e dela encontra-se divorciado.

Num quadro de debilidade e dependência da sociedade civil, onde as classes não são o eixo motor da estrutura social, ergue-se acima destas

“uma camada social, comunitária, embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, se não que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores.”¹⁷

Tal camada é para Faoro, sob a inspiração de Weber, o estamento. Este é o quadro administrativo calcado em honra social própria, que governa, controla e dirige, política, econômica e financeiramente a nação, guardando relativa autonomia, mas diretamente relacionado ao mando do senhor, seja ele representado na figura do rei, do imperador ou do presidente.

No Brasil, o estamento de aristocrático, ao longo do período colonial e imperial, se burocratiza. Entretanto, não assume o caráter neutro, objetivo e especializado, inerente à burocracia no domínio racional-legal. O que impera são as convenções, a fixação do prestígio para quem pertence a essa camada e a honra social que ela infunde sobre toda a sociedade. Esta minoria ao se fechar numa comunidade exerce o governo, monopolizando as atividades

16 Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Editora Globo, 1976, p.737.

17 Id. *Ibid.*, p 737.

burocráticas e os cargos públicos, não recorrendo à nação para justificar o seu poder. “É uma camada restrita, ignorante do dogma do predomínio da maioria.”¹⁸

Neste contexto de predomínio do estamento burocrático, que dirige às esferas econômica, política e financeira, o que se observa é a inibição da economia racional e da florescência da soberania popular. O capitalismo possível nesta ordem patrimonialista é o “*capitalismo politicamente orientado*”, não calculável nas suas operações e onde a racionalidade material – calcada em valores e na presença de um poder ou instância superior que regule e ordene a economia – sobrepõe-se a racionalidade formal – coincidente com o capitalismo, em termos da previsibilidade e calculabilidade das ações sociais. Por ser incompatível com a igualdade jurídica e as garantias institucionais contra o arbítrio, o patrimonialismo assume, então, caráter autocrático, reafirmando a dependência frente ao poder da autoridade e a inibição do florescimento de uma sociedade civil autônoma.

A introdução do liberalismo econômico e o político no seio dessa sociedade só pode, então, ser percebida, de acordo com Faoro, enquanto ideologia.¹⁹ A supremacia da racionalidade formal sobre a material nunca se consolidou no país, a não ser na aparência, por meio de medidas modernizantes, imposta de cima para baixo, que na prática, reforçaram a dependência da iniciativa particular aos recursos do poder do soberano ou do poder público.

Em sua face política, o liberalismo, cuja expressão maior é o constitucionalismo,²⁰ foi introduzido no país enquanto justificativa para o sistema de poder, ao dar-lhe aparência constitucional. O reconhecimento das liberdades públicas e dos direitos e garantias individuais é apenas nominalmente constitucional, não adquirindo capacidade normativa. A sociedade civil no patrimonialismo-estamental não é a principal fonte de poder, a “*soberania popular não existe, senão como farsa, escamoteação ou engodo.*”²¹

18 Id. *Ibid.*, p. 88.

19 O conceito de ideologia empregado neste ponto pelo autor, refere-se às “*crenças e valores utilizados politicamente para influir no comportamento popular, orientando-o em certa direção, seja com o propósito de obter o consenso ou justificar o poder*”. FAORO, Raymundo. “Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista”. *Revista USP*, n.17, 1993. p.27.

20 Constitucionalismo é entendido, aqui, como limitação de poderes por meio da obediência a lei suprema, a qual institui o Estado de Direito.

21 Faoro, Raymundo. 1976. *Op. cit.*, p. 742.

O patrimonialismo na perspectiva de Faoro impediu a consolidação do liberalismo no Brasil, na medida em que petrificou uma camada que por meio da cooptação e/ou repressão dirigiu e disciplinou a irracionalidade do sistema e impediu o fortalecimento de uma classe hegemônica. Constitui-se, ainda, num fenômeno de longa duração, ou como ressalta Faoro, “*tem a profundidade coincidente com a história brasileira nesta incluída sua origem ibérica. Ele vai desde a monarquia patrimonial, que encontra, na dinastia de Avis (séc. XIV) sua vocação marítima, até os planos financeiros das décadas de 80 e 90 deste século.*”²²

Observam-se, com efeito, algumas divergências claras entre as interpretações de Buarque e Faoro acerca do legado da colonização na conformação de nossa estrutura política. Primeiramente, enquanto que para Buarque a nossa organização sociopolítica é produto de um processo de interação entre a cultura do colonizador e a de seus colonizados – processo este sinalizado pela “*plasticidade social do português*” – para Faoro, houve um transplante das instituições e do sistema político português para a Colônia, um prolongamento do Estado de além-mar. Tal discordância em relação a esse processo interfere, diretamente, no posicionamento dos autores frente às possibilidades de mudança social, no sentido de rompimento da ordem patrimonial. Para Buarque, se nossa sociabilidade encontrasse indiscutivelmente marcada pela “herança ibérica”, não são menos claros os sinais de esgotamento dos alicerces desta ordem; a partir do aparecimento de elementos da “civilidade”, os quais poderão desaguar na consolidação de um novo estilo americano de civilização. Faoro, por seu lado, não nega a dinâmica de nossa organização societária, mas entende tais mudanças como um processo de domesticação do conflito, a fim de garantir a permanência de uma estrutura sociopolítica transplantada e de origem secular. Em verdade, é como se tudo mudasse para continuar o mesmo.

Uma outra distinção a ser apontada entre os autores, refere-se à discordância quanto ao processo de constituição dos espaços “público” e “privado” no Brasil. De acordo com Buarque, numa sociabilidade marcada pelo personalismo e pela predominância do íntimo, do privado, sobre as regras impessoais e calculáveis, inerentes ao domínio do “público”, assiste-se ao aprisionamento do Estado

22. Faoro, Raymundo. 1993. Op. cit., p 17.

pela família. Isto é, o Estado nasce sob a égide do modelo familiar, conferindo, pois, caráter privado às relações públicas. Segundo Faoro, a questão é justamente o inverso. Para colônia foi transplantado e posteriormente ampliado, um Estado patrimonial, cujo crescimento descomunal sufocou a consolidação de uma sociedade civil ativa, ocupando, assim, todo espaço “público” e invibilizando a sua distinção frente ao “privado”. Há, contudo, nas duas argumentações, a firme convicção de que a indistinção entre as esferas do “público” e do “privado” no Brasil solapa a consolidação de instituições e relações de cunho verdadeiramente democrático na sociedade.

Daí resulta uma outra tese, comum aos dois autores, sobre a real possibilidade de adequação do liberalismo no país. Encontra-se explícito, nas duas obras, uma crítica à importação das idéias européias como prática recorrente de expressão dos conteúdos nacionais. Tanto para Buarque, quanto para Faoro, este é um problema que atravessa secularmente nosso pensamento intelectual e político, aprisionado a idéias e livros, que não correspondem a nossa realidade societária.²³ A artificialidade da adoção dos pressupostos liberais não significa que, para ambos, este modelo político em sua forma “autêntica”, não seja analisado como alma gêmea da democracia e não deva ser encarado como um ideal a ser perseguido. Entretanto, para que este ideal se concretize e floresça em sua plenitude, há que se efetivar profundas transformações no substrato social, o que para Faoro é quase uma impossibilidade – frente a capacidade de reprodução da ordem patrimonialista – enquanto que, para Buarque, apresenta-se como um caminho recheado de percalços. Rompimento do tripé iberismo-agrarismo-cordialidade, alicerce da ordem patrimonialista, para um, dissolução dessa mesma ordem, para outro, eis a saída para que o liberalismo possa germinar e se desenvolver no Brasil.

Uma outra obra que também se apresenta como rico contraponto a nos auxiliar na sistematização de alguns dos problemas mais recorrentemente discutidos nas interpretações acerca da história política brasileira, é *Revolução Burguesa no Brasil*, trabalho de Florestan Fernandes, publicado em 1975.

23 “Não haveria na base dessa confiança no poder milagroso das idéias, um secreto horror à nossa realidade?” Holanda, Sérgio B. Op. Cit, p. 159. “A elite política (...) sofre convulsão impotente, ao importar suas idéias européias para um país inapto a consumi-las. Ela se parte, na ideologia, entre o país real, necessitado de modernização, e o país oficial, mera cópia de modelos alheios.” Faoro, Raymundo. 1976. Op. cit., p. 414.

Neste estudo de inegável envergadura e que, diferentemente de Buarque e Faoro, construiu-se sob inspiração marxista,²⁴ encontra-se uma investigação, a qual também remonta o processo de formação da economia e da sociedade nacional, remetendo-se ao período da colonização, na tentativa de reconstruir os desencadeamentos históricos que resultaram na “nossa revolução burguesa”.

Tal como em Faoro e, menos explicitamente em Buarque, Florestan Fernandes admite que a ordem social vigente e hegemônica até a consolidação da República no Brasil, era de natureza patrimonial estamental. Tal ordem consubstanciada num modelo de dominação tradicional – calcado no mandonismo, privatismo e localismo, e cujas relações de poder encontram-se sujeitas ao acesso a determinados códigos de honra, fundados no prestígio pessoal e em valores e estilo de vida típicos de sociedades estamentais – não impediu o surgimento de uma ordem social competitiva, ainda que lhe tenha deixado marcas profundas e deformadoras. A constituição de uma sociedade de classes no Brasil, fruto da consolidação da ordem social competitiva, é concebida como um “parto difícil”, em função de todas limitações internas e externas impostas e construídas ao longo da história do país.

Mesmo admitindo que os “móveis” capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil desde o início da colonização, tendo em vista o propósito comercial básico que orientava as atividades produtivas, Fernandes reconhece que as influências propulsoras pelas quais o capitalismo comercial poderia infundir para a organização e desenvolvimento da economia interna da colônia, foram neutralizados e/ou deformados. Tal situação nos remete à própria posição periférica na qual Portugal encontrava-se no circuito externo de mercantilização dos produtos exportáveis, que relegavam ao senhor de engenho, no âmbito do referido circuito, funções econômicas restritas às dos administradores e beneficiários das feitorias. Ao isolamento imposto por uma produção estruturalmente heteronômica, que não abria alternativas diferenciadas de empreendimentos ao principal agente econômico interno, soma-se o perfil sociocultural desse personagem

24 Ainda que o referencial teórico marxista seja o eixo condutor da obra, Fernandes utiliza fartamente os princípios teórico-metodológicos weberianos para ressaltar, principalmente, os impactos da colonização na conformação de nossas especificidades. Esta é uma das principais qualidades do pensamento deste autor, o qual enfatiza que, a teoria deve se adequar às especificidades do fenômeno e não o inverso. Ver a esse respeito: Arruda, Maria A. do N. “Revisitar Florestan”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais-RBCS*. n.º 30, ano 11, 1996.

da conquista, o qual nas palavras de Fernandes: “*a respeito dele, seria difícil escolher as palavras exatas, pois arriscava, ao mesmo tempo, os cabedais, a honra e a vida.*”

“Lucro”, “ganho”, “risco calculado”, nada disso exprime o que ele perseguia (e se sentia no direito de perseguir), que deveria ser o equivalente econômico, pelo menos, da grandeza da aventura e da audácia”.²⁵

Nessas circunstâncias, o que se consolida é uma forma de dominação patrimonialista, a qual em nome de um código de honra estamental sufocou, por séculos, iniciativas arrojadas de caráter tipicamente capitalista, que suscitavam desconfiança e temor à ordem social vigente. Tal constatação é decisiva na análise do autor, na medida em que, para este, a consolidação das estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial sob a égide do patrimonialismo, moldou, definitivamente, o caráter da sociedade nacional subsequente, ainda que regida por uma ordem social de natureza diversa.

Segundo Fernandes, mesmo após a ruptura do pacto colonial e da formação da sociedade nacional; a despeito das pressões externas oriundas das transformações no capitalismo em âmbito global; da consolidação crescente do mercado interno e, finalmente, apesar do aparecimento de novos agentes econômicos que apresentavam comportamentos econômicos tipicamente capitalistas, manteve-se por longo período a primazia da ordem patrimonial estamental. Isto significa que, até quando foi possível suportar e se moldar aos impactos oriundos da irradiação do mercado capitalista e das pressões de uma nova ordem social, identificada com tal expansão, a estrutura estamental se manteve. Entretanto, as tentativas de adaptação à ordem social competitiva solapavam os próprios critérios estamentais de atribuição de *status*, de solidariedade econômica e política, acelerando assim, a desagregação dos estamentos senhoriais. Este longo processo de adaptação/decomposição engendrou profundas deformações na ordem social emergente. Como sintetiza o autor:

“operando como um fator de retenção ou de revitalização de privilégios estamentais, a competição se vinculou (genética, estrutural e funcionalmente) a processos que inibiram e perturbaram o desenvolvimento de classes ou mantiveram

25 Fernandes, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 23-24.

indefinidamente padrões de comportamento e de relação social variavelmente pré e anticapitalistas. Trata-se de uma situação ambígua, pois aqui estamos diante do avesso da medalha: incorporada a contextos histórico-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar “o passado no presente”, fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los (...). A ordem social competitiva resultante é pouco agressiva, na quebra de barreiras à expansão do regime de classes e muito moderada na irradiação e imposição dos novos padrões de relações de classe, como se temesse a “racionalidade burguesa” e devesse acolher para sempre os critérios anticompetitivos do velho mundo senhorial.”²⁶

Assiste-se, portanto a emergência de um modelo de economia nacional “híbrido”, o qual permite e reproduz a coexistência do “arcaico” e do “moderno” e que se adapta as estruturas globais capitalistas, ainda que em condições periférica e dependente.

Neste contexto de transição de uma ordem patrimonialista a uma competitiva, faz-se interessante observar o comportamento dos agentes econômicos emergentes, cuja desarticulação e identificação com o código de honra e estilo de vida dos estamentos senhoriais contribuiu para a longa sobrevivência do *antigo regime*. Em verdade, os elementos sociais que melhor encarnavam a condição burguesa, apresentavam como ambição última a conquista do *status* senhorial, de forma a dignificá-los na escala de valores e prestígio da sociedade estamental. Sendo assim, a “burguesia” emergente “*não tramava contra aquela ordem social. Identificava-se com ela, material e politicamente, e só iria abandonar o barco quando ela se mostrasse irremediavelmente inviável.*”²⁷ O efeito imediato dessa situação é que, neste momento, não se configura a existência de uma burguesia consciente de seu destino histórico, enquanto portadora do papel “de instrumento da modernidade”. O que se verifica é a manutenção de seus vínculos estreitos com as estruturas arcaicas do país, comprometendo-se igualmente com tudo aquilo que lhe trouxesse vantagens, seja ao que se relacionasse ao “atraso” ou ao “moderno” existente na sociedade.

26 Id. *Ibid.*, p. 166-167.

27 Id. *Ibid.*, p.188.

Para o autor, o modo pelo qual se constituiu a dominação burguesa no Brasil caracteriza-se pela ambigüidade do comportamento dessa classe, a qual preferiu se envolver numa mudança gradual e em composição com a oligarquia, a ter que administrar uma “*modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.*” Tal comportamento e composição de interesses encontram-se refletidos no próprio estilo da atuação histórica da burguesia nacional, marcado nitidamente por tendências autocráticas e reacionárias. A configuração desse perfil de atuação da burguesia nacional encontra-se diretamente relacionado ao nosso recente passado colonial e “neocolonial”, como também e, principalmente, às restrições impostas a essa classe num contexto de capitalismo dependente.

O processo de transição do capitalismo comercial para o monopolista impingiu uma aceleração no ritmo do crescimento econômico, da acumulação capitalista e da modernização tecnológica nas economias dependentes. Esta situação associada ao aumento das pressões internas oriundas das massas populares e a ampliação substancial da intervenção do Estado na economia, deslocou o eixo do que poderia ser uma “Revolução Burguesa” de caráter nacional e democrático, para uma revolução de natureza “institucional”, forjada “de cima para baixo” e de cunho autocrático.

Dessa forma, a dominação burguesa no Brasil configura-se para o autor, num “despotismo burguês”, o qual estabelece clara separação entre sociedade civil e nação. Em seus termos,

“as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da sociedade civil (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva); e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a nação a um ente abstrato (ou a uma ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida”. ”²⁸

A hegemonia burguesa consolida-se, assim, a partir de uma aglutinação “mecânica da solidariedade de classe” que, se por um lado, inibiu a criação de alternativas mais eficientes em termos da

28 Id. *Ibid.*, p.302.

intensificação e diferenciação do desenvolvimento capitalista nacional, por outro, permitiu a essa classe contornar empecilhos das mais diferentes ordens, com os quais se defrontava, superando, ainda que temporariamente, sua impotência histórica.

Nesta configuração, o poder estatal apresenta-se como “verdadeiro dinamismo do poder burguês”. Isto porque, sob o capitalismo dependente, as classes burguesas são incapazes de se sustentar contando somente com seus meios privados de dominação e com os procedimentos convencionais dos Estados democráticos. Para Fernandes, o Estado brasileiro foi “plasmado” pelas necessidades e interesses burgueses e, à proporção que essas classes conseguiram congregar suas reivindicações, adaptando-as às demandas internas e externas do capitalismo em seu estágio monopolista, silenciaram e excluíram as outras classes da luta pelo poder estatal, subjugando o Estado aos seus interesses coletivos e particularistas.

Um último ponto a ser destacado na análise de Fernandes, refere-se a sua percepção quanto à introdução do liberalismo no país. Para o autor, o surgimento do pensamento liberal neste conjunto histórico coloca-se como mola propulsora para “revolução nacional brasileira”. A tal afirmação funde-se, porém, a ressalva, de que este modelo sofreu graves deformações, em virtude das tentativas de adequação à uma sociedade e cultura tão avessas aos seus fundamentos, além de ter-se configurado, primeiramente, “*em realidade histórica, para as minorias atuantes dos estamentos senhoriais*”.²⁹ Isto se explica, pois, sem a adoção dos princípios liberais pelos “cidadãos da elite” ou “senhores-cidadãos” – os quais, na prática, e no momento de ruptura do pacto colonial constituíam efetivamente a sociedade civil – a possibilidade de organização de um Estado nacional sob bases bem mais “retrógradas”, seria mais plausível, ou talvez, ocorresse, até mesmo, a fragmentação do país. O importante porém a reter, é que, na visão de Fernandes, se por um lado, o liberalismo foi se adaptando a ordem patrimonial-estamental, por outro, ele também se colocava como uma das “forças que trabalhavam pelo seu sepultamento”. Em suas palavras, o liberalismo “*jamais poderia realizar o milagre de mudar a natureza social das elites senhoriais ou de colocar em outro contexto histórico a formação e a evolução de nossas instituições políticas,*” (...) todavia,

²⁹Id. *Ibid.*, p. 38.

*“implanta uma nova dimensão nas relações das elites com o poder, incentivando a formação de uma nova mentalidade no uso do poder ou, pelo menos, provocando novas disposições de sentir, pensar e agir politicamente.”*³⁰ Tal mentalidade vai sendo moldada a partir do estabelecimento do vínculo direto entre o liberalismo e a ampliação de direitos, consubstanciado numa ordem legal, a qual é pressuposto para configuração democrática.

Apesar de mobilizarem recursos analíticos – principalmente a teoria weberiana – com diferentes intuitos explicativos, ou mesmo se pautando em orientações teórico-metodológicas distintas, as interpretações da história econômico-política brasileira desenvolvidas nos clássicos, aqui, selecionados, estabelecem uma série de canais de mediação, os quais sugerem pontos-chave que perpassam diretamente o tema em debate. A título de sistematização dos principais pontos de convergência e guardando as devidas proporções quanto às diferenças de enfoque existentes entre eles, distinguem-se os seguintes aspectos:

- a)** o processo de colonização e a sua efetivação por um povo ibérico deixaram marcas profundas na conformação da organização social e política brasileira;
- b)** o resultado deste processo é um sistema de dominação, cujo modelo patrimonialista extraído da tipologia weberiana é o que melhor o caracteriza em sua essência;
- c)** ao patrimonialismo vincula-se diretamente o personalismo, o elitismo, o mandonismo, o localismo e o clientelismo configurados no âmbito das relações sociais, políticas e econômicas;
- d)** o predomínio da racionalidade material frente a formal estimula a presença de um poder centralizador que ordene a economia e a sociedade;
- e)** a orientação política de caráter autocrático afirma a dependência da sociedade frente ao poder da autoridade consubstanciado na figura do Estado;
- f)** o liberalismo é uma “planta” que originariamente não se aclimatou bem no Brasil, contudo, e apesar das deformações sofridas, amoldou-se à ordem vigente;
- g)** os espaços “público” e “privado” são de difícil distinção;

30 Id. *Ibid.*, p.43/46-47.

h) a sociedade civil brasileira é frágil e com pouca capacidade de organização;

i) a ordem legal encontra-se distanciada da realidade social;

j) as transformações sociais de caráter estrutural só se darão de forma efetiva, a partir do rompimento, por completo, com a ordem patrimonial, ou com o que restou dela na sociedade brasileira.

É indiscutível que os aspectos acima apontados acerca de nossa cultura e organização sociopolítica são percebidos não só entre o público letrado, mas de certa forma incorporados ao senso comum. Cabe, no entanto, reconhecer que, para além da compreensão de ranços patrimonialistas em nossa forma de viver e pensar, há um processo ininterrupto de transformações que revelam descontinuidades frente a esse modelo de dominação. A não percepção de tais rupturas, mais ou menos profundas, reforçam idéias deturpadas relacionadas a nossa cultura política, como que forjada num processo contínuo de reedição de si mesmo e/ou fortalecem o entendimento de nossas dificuldades atuais como que já se encontrassem de alguma forma impressas num “código genético” do período colonial.

Certamente, o enfrentamento de nosso passado e suas conseqüências no presente é inexorável, porém, não como um “destino inelutável”, o qual reforça a idéia de imutabilidade, mas numa perspectiva dinâmica que reconheça as especificidades de determinados processos e aspectos da realidade, não isolando-os de seus conteúdos conflitivos e nem de suas acomodações.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. *A interpretação sociológica do pensamento social brasileiro: Raízes do Brasil e Os Donos do Poder*. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

ARRUDA, Maria A. do N. Revisitar Florestan. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 30, 1996.

AVELINO FILHO, George. As raízes de “Raízes do Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, 1987. p. 33-41.

_____. Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 12, 1990. p. 5-14.

BARRETO, Kátia M. M. *Revisitando Faoro*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1994.

BOBBIO, Norberto. *Diário de um século: autobiografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARVALHO, José M. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 1 e 2.

_____. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, São Paulo, n. 17. mar./maio 1993.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1975.

FERREIRA, Gabriela N. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova*, São Paulo, n. 37, 1996. p. 229-247.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. *Sobrados e mocambos: decadência do patriciado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajétoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMOUNIER, Bolivar. (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990.

_____. SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 1991, p.311-348.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MOISÉS, José A. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos Cebrap*, n. 31, 1991. p. 25-40.

QUEIRÓZ, Maria I. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: BORIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III – Brasil Republicano. Rio de Janeiro, DIFEL, 1982. v. 1.

_____. *O mandonismo local na vida da política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SOUZA, Jessé. *Modernização seletiva – uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

VIANNA, Luiz W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974. Tomo I e II.